O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 05/09/2022 - 06:00

Explode o total de processos contra pesquisas eleitorais

Eleições 2022

Opinião pública

Questionamento judicial de pesquisas eleitorais cresce mais de 580% neste ano

Progressistas, PSDB, União Brasil e PT foram os partidos que mais ajuizaram ações; associação das empresas diz que 37% dos levantamentos em 2022 foram autofinanciados

ISABELLA ALONSO PANHO ESPECIAL PARA O ESTADÃO Marcelo godoy

Em um pleito marcado pelo acirramento político, o número de pesquisas eleitorais au-mentou significativamente neste ano. Ao mesmo tempo, as sondagens viraram alvo de crescentes questionamentos judiciais. De 1.º de janeiro a 30 de agosto de 2022, o volume de processos em todo o País sal-tou 582% na comparação com o mesmo período de 2018, mos-tra levantamento feito pelo **Es**tadão em Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e no Tribu-nal Superior Eleitoral (TSE).

Focos de reiterados ata-ques para desacreditar resultados, os instrumentos criados para oferecer esclarecimentos aos eleitores em disputas locais e nacional entraram na mira de partidos políticos. Há quatro anos, eram 73 ações re-lacionadas a pesquisas eleitorais, ante ao menos 498 já ajuizadas em 2022 - um volume quase sete vezes maior.

Na Justiça Eleitoral, o nú-mero de processos cresceu em um ritmo muito mais acelerado do que a quantidade de le-vantamentos realizados. Enquanto no mesmo período de 2018 foram feitas 697 pesquisas, neste ano a marca já ultrapassou as 1.300 sondagens eleitorais aplicadas em todo o País, quase o dobro.

Modalidade de pesquisa utofinanciada pode abrir margem para fraudes e a prática de caixa 2

Hoje, uma a cada 2,6 pesquisas é questionada na Justiça. As suspeitas são as mais diversas. Põem-se em xeque desde eventual falta de registro na Justiça Eleitoral a até supostos dados fraudulentos. Na avalia-ção do advogado constitucionalista Felippe Mendonça, doutor em Direito pela Univer-sidade de São Paulo (USP), o sidade de Sao Paulo (USP), o excesso de processos prejudica a democracia. "(*A judicialização*) enfraquece a lógica da segurança jurídica e a credibilidada de la cred de das instituições públicas", disse Mendonça.

No País, Progressistas (76) PSDB (72), União Brasil (70) e PT (66) foram os partidos que mais questionaram pesquisas eleitorais neste ano, o que inclui também coligações locais como autoras de processos. O Nordeste lidera, com 283 ações, e os processos de Pro-gressistas, PSDB e União Brasil também se concentraram nesta região. Procuradas, as legendas não responderam aos questionamentos da reportagem.

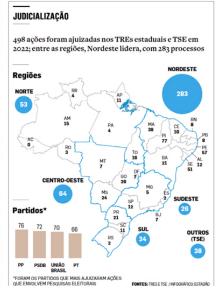
MARKETING. Além de subsidiar eleitores com informações, as sondagens têm efeito sobre as campanhas políticas, que po dem usá-las como instrumentos de marketing. Nessa corri-da, partidos e candidatos não querem ficar para trás.

"Muitas pesquisas são com-pradas por candidatos e parti-dos. Isso gera um comércio de execução de pesquisas feitas sem os rigores metodológicos adequados para ter resultados consistentes", afirmou o presi-dente do Conselho Federal de Estatística (Confe), Mauricio Gama. "As pesquisas induzem muito o eleitorado, principalmente as grandes", disse ele, que ponderou não questionar os levantamentos de credibilidade feitos por institutos com histórico de qualidade na aferição de intenções de voto

AUTOFINANCIAMENTO. Entretanto, preocupam também as chamadas pesquisas autofi-nanciadas – quando as empre-sas se declaram perante o TSE como contratantes do próprio levantamento. Nessa modalidade, não é obrigatório apre-sentar nota fiscal. Sondagem feita pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) apontou que 37% dos le vantamentos registrados em 2022 foram autofinanciados.

Segundo especialistas con-sultados pelo **Estadão**, essa modalidade pode abrir mar-gem para fraudes e a prática de caixa 2, uma vez que a transparência fica vulnerável. "Particu-larmente, não acredito em autofinanciamento. Ninguém trabalha de graça", afirmou Gama. Já Gabriel Marchesi Lopes,

presidente do Conselho Regio-nal de Estatística da 4.ª Região (Conre-4), responsável pela Região Sul, chamou a atenção para os precos dos levantamentos autofinanciados, geralmen-



Para entender

Como identificar se o levantamento é confiável

Durante o período de campanha eleitoral não são permitidas pesquisas, nem sequer enquetes, que não estejam registradas previamente na Justiça Eleitoral. O registro gera um número que pode ser consultado por qualquer pessoa no site do TSE em "consulta às pesquisas registradas".

te mais baratos. Uma pesquisa para governador custa, em mé-dia, R\$ 50 mil, valor que pode variar de acordo com o plano de amostra e a metodologia. "Vi pesquisas por R\$ 7 mil em todo o Estado. Isso mal paga os honorários do responsável técnico, quem dirá do restante da equipe", disse Lopes. Antes da elaboração das nor-

mas que disciplinam as elei-ções deste ano, o Conre-4 encaminhou para uma audiência pública do TSE pedido de vedação das pesquisas autofinan-ciadas. A proposta foi rejeita-

Os institutos de pesquisa de-vem, obrigatoriamente, dispo nibilizar com os resultados da pesquisa o valor do investimento e quem a solicitou identificando o contratante com CPF e CNPJ. Essa é a regra estabelecida pela resolução n. 23/2019 do TSE.

 Divulgação
 Outra forma de garantir que uma pesquisa eleitoral é confiável é checar o veículo de imprensa que a noticiou o le-

da. De acordo com o voto do relator na Corte, ministro Edson Fachin, "não há previsão de sanção na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições) aplicável à hi-pótese específica. Portanto, em caso de detecção de fraude, tocará aos órgãos apropriados

a sua apuração".

No Congresso, tramita o
Projeto de Lei n.º 5.484/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PSD-CE), cujo objetivo é proibir a modalidade auto-financiada de pesquisa. Para o parlamentar, falta segurança nas informações obtidas. "Ponão condizem com a realida-de", afirmou, na justificativa.

TECNOLOGIA. A proliferação de pesquisas – sejam autofinan-ciadas, sejam contratadas – de-ve-se ao fato de o custo dos levantamentos ter caído muito com a profusão de novas tecnologias. Antes, as sondagens só podiam ser feitas presencial-mente. "O Brasil é o único País que ainda faz pesquisa presen-cial. A questão não é se ela é presencial ou por telefone. Ela precisa ser bem feita", disse o cientista político Antonio La-vareda, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e

Econômicas (Ipespe). Para ele, o fenômeno faz os eleitores serem bombardeados com sondagens sem que tenham tempo de verificar a diferença e o tipo de abordagem – as perguntas feitas em cada pesquisa. "A responsabilidade dos veículos tradicionais de imprensa é traduzir as abordagens das pesquisas para os eleitores. Como em qualquer ativi-

dade existe o joio e o trigo." Lavareda destacou, ainda, a importância de se verificar co-mo cada instituto se saiu nas eleições passadas. "É preciso ver se o instituto errou a fotografia. Pesquisa não é prognóstico, mas precisa revelar a tendência", afirmou. Além disso, deve-se averiguar se as pes-quisas têm recall do voto no segundo turno de 2018. "A amostra pode ser representativa do ponto de vista demográfico, mas pode ter bolsonarista ou petista demais."

INVESTIGAÇÕES. Apesar de todos os alertas, ainda há poucas investigações sobre os levantamentos. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Pú-blico Federal (MPF), são 13 as ações judiciais no País, de auto-ria ou com a participação do órgão, com questionamentos a pesquisas, que contemplam tanto outros temas como tam-

bém o autofinanciamento. Em 2018, foram registrados dez procedimentos. Porém, em nota, o órgão diz que "esses dados podem não corresponder à totalidade de ações judiciais em que o MPF atuou, em razão de eventuais incon-sistências na alimentação do sistema e da possível existência de casos sigilosos".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6